**A DIGNIDADE MENSTRUAL E AS MULHERES DA EJA: O PROCESSO DE MENSTRUAÇÃO COMO UM POSSÍVEL OBSTÁCULO AO EXERCÍCIO DO DIREITO À EDUCAÇÃO.**

**Autora: Isadora Nogueira dos Santos Montenegro. (estudante de graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro)**

**Coautor: José Carlos Lima de Souza. (Professor Adjunto do Departamento de Estudos da Educação Inclusiva e Continuada/Faculdade de Educação - UERJ - campus Maracanã e Professor de História e Geografia do Programa de Educação de Jovens e Adultos da Cidade do Rio de Janeiro)**

**RESUMO**

A presente pesquisa analisa como a menstruação é um fator responsável por manter mulheres estudantes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) fora das salas de aula, dificultando o acesso e a permanência desses sujeitos no ambiente escolar. O estudo segue a linha de que a falta de dignidade menstrual não está somente relacionada à falta de acesso a itens de higiene e saúde, como absorventes, mas também com o desconhecimento do que é o próprio processo de menstruação, o que está associado a uma carência de educação sexual. Desse modo, este trabalho busca, através de entrevistas com alunas da modalidade de EJA e revisão bibliográfica, relacionar o ato de menstruar a problemáticas que circundam a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Logo, o objetivo é compreender de que maneiras esse processo natural aos indivíduos humanos nascidos no sexo feminino foi/é determinante no afastamento desses sujeitos para com a escola.

Palavras-chave: mulheres; EJA; menstruação.

**RESUMO EXPANDIDO**

O presente trabalho buscou compreender o ato de menstruar como fator de afastamento das mulheres das salas de aula, fazendo a análise de um grupo específico: as mulheres da Educação de Jovens e Adultos. Com a implementação da Lei n° 14.214/2022, conhecida como “lei da dignidade menstrual”, tornou-se obrigatório a distribuição de kits menstruais para mulheres em situação de vulnerabilidade social, incluindo estudantes da rede pública de ensino. O estudo pretende acompanhar de que maneira a menstruação se dá na vida dessas mulheres, entender a importância das políticas sociais de amparo à essa população em situação de pobreza menstrual e como os kits de menstruação são - ou poderiam vir a ser - a concretização do direito de menstruar com dignidade.

A menstruação consiste na “eliminação de sangue e tecido superficial do endométrio após a prévia involução, em consequência à queda das concentrações séricas de estrogênios e progesterona ao final do ciclo ovariano” (MARINHO, 2019, p. 13). Essa concepção de menstruação assume caráter mais técnico e científico do ato de menstruar. Atualmente, há o entendimento que menstruar envolve também processos sociais, culturais e psicológicos.

O sangue que advém da menstruação sempre foi motivo de curiosidade. O desconhecimento da origem desse líquido despejado todos os meses pelos corpos femininos fez nascer mitos, lendas e tabus. Em algumas sociedades antigas, o sangue menstrual era visto como “algo sagrado, um presente dos deuses ou uma punição pelo pecado” (MARINHO, 2019, p. 13). Na Idade Média, entretanto, uma teoria médica iniciada na Grécia Antiga pelo médico grego Hipócrates (460 a.C. – 377 a.C.) denominada de teoria humoral relacionava a manutenção da saúde com o equilíbrio entre quatro fluidos corporais (sangue, bile amarela, bile negra e fleuma (FURLAN FERREIRA, 2018, p. 5). De acordo com Furlan Ferreira, “O fluxo menstrual seria constituído de fluidos prejudiciais, expelidos após a fermentação do sangue. A menstruação, portanto, seria um fluido sujo, resultado de um processo de purificação corporal.” (2018, p. 05)

Influenciando todo o entendimento acerca do fenômeno menstrual para as sociedades medievais, a teoria de Hipócrates foi ainda acrescida a concepções religiosas da época, que incentivaram o distanciamento de grávidas e lactantes do sangue menstrual e de mulheres em período menstrual, uma vez que “o processo de lactação poderia ser arruinado ou interrompido por uma mulher menstruada” (MATTEONI, 2003, p. 23).

Em muitas religiões, que são a base dos preceitos de determinadas sociedades, o sangue menstrual era/é tido como algo que imputa na mulher a sujeira, a falta de pureza. O estigma do sangue sujo mantinha o isolamento das mulheres perante outros indivíduos da sociedade quando estas se encontravam menstruadas.

Monica Green (2005, p. 59) ressalta que, na Idade Média, as religiões monoteístas — judaísmo, islamismo e cristianismo — associavam a origem da menstruação ao pecado original de Eva e compartilhavam a crença de que uma mulher menstruada estaria impura para rituais religiosos e práticas sexuais. (FURLAN FERREIRA, 2018, p. 6)

As mulheres, sendo o segundo sexo (BEAUVOIR, 1949) da ordem patriarcal das sociedades, tiverem e tem seus corpos e processos apagados e silenciados. Com o sangue que advém da menstruação, não é diferente:

até o início deste século, os conhecimentos científicos acumulados sobre o corpo da mulher não vinculavam a menstruação à procriação. Foi necessário o desenvolvimento de equipamentos precisos de mensuração e de pesquisas básicas no campo da endocrinologia e da bioquímica (estudo das glândulas e seus hormônios) para que esta relação fosse estabelecida (FERREIRA, 1994, p. 5)

Para a articulação da pesquisa foram realizadas duas etapas: fichas mais objetivas para traçar o perfil das estudantes, onde contamos com a participação de vinte mulheres, e posteriormente, entrevistas com onze dessas estudantes (número de mulheres que se sentiram à vontade para uma conversa mais íntima). A escola onde o trabalho foi realizado está localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro. O objetivo era sistematizar as informações trazidas sobre as experiências vividas por essas estudantes enquanto pessoas que menstruam e estudam. Todas as perguntas não necessariamente precisavam ser respondidas pelas entrevistadas, uma vez que o intuito era promover um espaço de escuta ativa e sensível, onde as mulheres pudessem se sentir confortáveis em expor o que queriam e da forma como gostariam. Em contrapartida, se fazia necessário propor perguntas, inicialmente para servirem de guia das conversas, mas também para provocar naquelas mulheres a reflexão sobre a própria condição de mulher, de um sujeito que menstrua e ocupa o lugar da escola. Sabendo da estigmatização da menstruação, havia o entendimento de que talvez aquela fosse a primeira vez que aquelas mulheres estivessem tendo a oportunidade de refletir sobre esses processos tão complexos, e por vezes tão doloridos, que é o de existir enquanto individuo do sexo oprimido e com condição fisiológica socialmente carregada do estigma do sujo, do que deve ser escondido ou ocultado, lidado em um esfera privada/individual e não pública, de maior abrangência, num âmbito social.

| *“[Menstruei pela primeira vez] com 14 anos no dia do meu aniversário [...] Foi a pior experiência da minha vida [...] Eu achei que eu estava morrendo. Eu ‘sei lá’… entrei em desespero, eu só lembro que eu entrei em desespero. Eu fiquei chorando muito, falando que eu estava sangrando. Eu achei que eu estava morrendo, que eu ia morrer naquela hora…”* (estudante da EJA) |
| --- |

| *“Às vezes eu fingia que ia [para a escola] e nem ia. Ficava na casa de uma colega minha escondida porque eu estava menstruada. Porque uma vez eu já menstruei dentro da sala de aula, de me levantar e a cadeira [estar suja]. Horrível. "Geral" me zoando, eu chorei muito, chorei muito, chorei muito..*. “ (estudante da EJA) |
| --- |

Entendendo quão doloroso pode ser revisitar vivências traumáticas e de todo o tabu que envolve falar de menstruação, a entrevista se deu de maneira mais casual, em uma roda de conversa, onde todas pudessem se sentir à vontade para falar suas experiências e ouvir as experiências de suas colegas de classe. As entrevistadas tinham entre 17 e 54 anos. Foi pedido que as mesmas relatassem sobre suas histórias com a menstruação, e a partir desses relatos, foram identificadas violências coletivas que circundam a vivência da menstruação na sociedade em que vivemos. Outro ponto tratado nas entrevistas foi o do recebimento dos kits menstruais, sabendo da Lei n° 14.214/2022, conhecida como “lei da dignidade menstrual”, que institui o recebimento de absorventes a estudantes de baixa renda da rede pública de ensino. As identidades foram preservadas para manter a privacidade das entrevistadas. As primeiras perguntas da conversa buscavam entender em qual faixa etária aconteceu a menarca (primeira menstruação) e quais emoções foram suscitadas nesse primeiro contato com tal fenômeno fisiológico que acompanha as mulheres durante todo o período reprodutivo.

A primeira menstruação pode ser um evento traumático para a mulher se essa desconhece a origem do sangramento. Comumente associamos o sangue a ferimentos, e a menina em sua ignorância do próprio corpo, pode vir a associar o sangue menstrual a algum machucado. Entre os relatos, as estudantes também puderam manifestar suas dificuldades para acessar a sala de aula.

| *“Eu rasgava a blusa do meu avô, ela [a minha avó] me dava a blusa velha dele rasgada.” “* (estudante da EJA sobre como fazia para estancar o sangue menstrual durante sua adolescência.) |
| --- |

| “*Tem no banheiro, pra quem precisa. E, assim, não é sempre, também. É difícil. E, às vezes, não tem nem papel [higiênico] também. Não tem nem um sabonete pra lavar a mão às vezes.* “ (estudante da EJA sobre disponibilidade de absorventes e outros itens de higiene no banheiro feminino da escola em que estuda.) |
| --- |

Instituída desde 2022, a Lei n° 14.214, conhecida como “lei da dignidade menstrual”, tem como objetivo assegurar às mulheres melhores condições para vivenciarem o fenômeno fisiológico da menstruação. Entre as beneficiadas por essa política pública estão as estudantes de baixa renda da rede pública de ensino. Para a escrita desse trabalho, uma das principais questões motivadoras foi investigar se a lei havia conseguido ultrapassar as barreiras do que se esperava alcançar, para então tornar-se concreto na vida de milhões de mulheres brasileiras em situação de vulnerabilidade menstrual. Sabendo da fragilidade das políticas públicas, anterior à realização das entrevistas sabíamos que ao visitar uma escola da zona norte do Rio de Janeiro, poderíamos encontrar mulheres em situação de vulnerabilidade menstrual, mas ainda desassistidas pelo Estado. Dessa forma, resolvemos incluir no roteiro das entrevistas a seguinte pergunta: “desde a implementação da lei da dignidade menstrual (2022) você recebe/recebeu kits menstruais da instituição escolar que frequenta?”. As respostas foram majoritariamente positivas, todavia o que chamou atenção foi em relação a regularidade da entrega dos kits: a maioria das mulheres relatou ter recebido entre uma ou duas vezes. Quando perguntadas se viam esses absorventes disponíveis nos banheiros femininos da escola, responderam “às vezes” mas que esses absorventes não costumam durar muito tempo disponíveis para uso. A discussão que circunda a pobreza menstrual é recente. Falar do corpo feminino sempre foi tabu, tratado como algo que deve ser resolvido na esfera particular. Desse modo, os mitos e as desinformações foram firmando-se no senso comum, sendo acrescido ainda pela desigualdade social que afasta meninas e mulheres das salas de aula, privando-as de acessarem conhecimentos que as levariam para um melhor entendimento sobre como se dá o processo da menstruação.

Resultado da articulação feminina nos movimentos sociais voltados para a emancipação dos seus próprios corpos, já é possível discutir sobre as questões da mulher de maneira política, e a implementação de uma lei como a Lei n° 14.214 é um reflexo desse progresso já alcançado. Não é possível determinar a efetividade de uma política pública analisando somente um caso isolado e o compartilhamento dessas entrevistas, tampouco pretende sugerir isso, mas sim reforçar a necessidade da ampliação e maior investimento estatal no Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. A demanda por melhores condições para mulheres em vulnerabilidade menstrual é grande e antiga, mas as discussões sobre a implementação de políticas públicas são relativamente recentes. Apesar dos atuais avanços, ainda há um longo caminho de luta a ser perseguido para que mulheres Brasil afora tenham seus corpos validados, com o direito de menstruarem com dignidade sendo respeitado.

**REFERÊNCIAS**

MARINHO, Diana da Silva. **Lidando com um fenômeno natural e que ficará para sempre: a menstruação e suas influências na vida da mulher.** 2019. 78 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FURLAN FERREIRA, A. **Sangue menstrual e magia amatória: concepções e práticas históricas.** Revista Aedos, [S. l.], v. 9, n. 21, p. 514–531, 2018. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/72464. Acesso em: 23 out. 2023.

MATTEONI, Francesca. **Blood Beliefs in Early Modern Europe.** Tese de Doutorado, Universidade de Hertfordshire, 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/1640372.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira,1980

FERREIRA, Sílvia Lúcia. **A** **Construção Científica do Conhecimento acerca da Menstruação.** Trabalho apresentado ao Grupo de Estudos sobre Relações de Gênero e Condição Feminina do NEIM/UFBA. Salvador, 1994. p. 5. Datilografado.